

“Todos juntos contra *Aedes aegypti*” – O desafio do controle vetorial

“All together against *Aedes aegypti*” - The control challenge Vector

Sampaio SMP; Barbosa GL; Ferreira ITRN; Pereira M; Wanderley DMV; Fonseca-Junior DP

Superintendência de Controle de Endemias. Coordenadoria de Controle de Doenças. Secretaria de Estado da Saúde. São Paulo, Brasil

O complexo cenário epidemiológico da dengue, chikungunya e zika, caracterizado pela circulação simultânea dos vírus dessas arboviroses, a partir do segundo semestre de 2015, indicava o início de um período crítico, com possibilidade efetiva de elevação da incidência dessas doenças.

A ocorrência de casos de microcefalia em alguns estados do Nordeste¹ associados à zika foi determinante para que fosse declarada uma situação de emergência nacional. Nesse momento foi implementado o Plano Nacional de Enfrentamento da Microcefalia, com diretrizes para enfrentamento dessa problemática, estruturado em três eixos: combate ao vetor; assistência e desenvolvimento tecnológico e educação e pesquisa. Posteriormente foi inserida uma nova diretriz que versa sobre questões de saneamento com interface no controle do vetor.²⁻⁴

Em dezembro de 2015 foi implantada a Sala Nacional de Coordenação e Controle para o Enfrentamento à Microcefalia, no Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad) e orientação para organização das salas estaduais.⁵

Naquele momento, o mosquito *Aedes aegypti*, principal transmissor destas arboviroses, estava presente em 643 municípios paulistas (99,6%), a infestação apresentava tendência de elevação no último trimestre o que caracterizava situação de alerta e risco para a transmissão das três arboviroses. Nos municípios de Rio Grande da

Serra (Região da Grande São Paulo) e Campos de Jordão (Região de Taubaté), o vetor não havia se estabelecido nos domicílios.

A Secretaria de Estado da Saúde formalizou a criação da Sala Estadual de Situação, Coordenação e Controle, para implantação da campanha “Todos juntos contra o *Aedes aegypti*” por meio de resolução conjunta SS/SCM - 01, de 21-01-2016⁵ com incremento de ações de controle ao vetor e de mobilização da sociedade em geral. Estabeleceram-se como objetivos:

- Propor e fomentar medidas para ampliar e aperfeiçoar ações de prevenção e combate às condições do meio ambiente que favoreçam o desenvolvimento do mosquito *Aedes aegypti*,
- Planejar a realização de visitas domiciliares em todos os municípios do estado de São Paulo que manifestassem interesse em participar da “Campanha todos juntos contra o *Aedes aegypti*” para eliminar criadouros do mosquito, bem como mobilizar a população para participar das ações de vigilância e controle no domicílio;
- Buscar na sociedade civil a participação de voluntários para atuar nas ações de controle e ampliar as bases da campanha.

A composição da sala estadual garantiu a intersetorialidade, com representantes da Secretaria de Estado da Saúde (CCD e Sucen), Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, das Forças Armadas da Região Sudeste, Polícia Militar do Estado de São Paulo, Conselho de Secretários Municipais de Saúde – Cosems (Presidente), município de São Paulo e Secretaria Estadual da Educação. As parcerias foram incrementadas por meio do Comitê Estadual de Mobilização constituído em 2002 com objetivo de planejar, coordenar e acompanhar ações de mobilização social, com representação de 26 Instituições Cívicas.⁶

O incremento de ações de controle ao vetor foi realizado mediante a ampliação do número de visitas domiciliares em imóveis urbanos para retirada de criadouros e redução da infestação, estratégias para a redução da pendência (casas fechadas ou com recusa), além da limpeza de terrenos baldios.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, cerca de 150 municípios programaram intensificação de ações aos finais de semana. Para ampliar a participação dos municípios a Secretaria Estadual de Saúde elaborou um programa de incentivo para os agentes municipais,⁷ com adesão de 593 municípios nos meses de março e abril (91,9%) e participação de 434 municípios em maio (67,2%). Em março, abril e maio, houve participação de 16.000 agentes, em média, em cada sábado (Figuras 1 e 2).

Nesse período foram visitados 6.975.509 imóveis, aos sábados, dos quais 1.832.591 encontravam-se fechados (26,27%). Dentre os trabalhadores, foi detectada a presença de larvas de culicídeos em 19.368 imóveis, correspondendo a significativo número de focos que foram eliminados. Essas visitas, em finais de semana, representaram 25% do total das 27.723.397 realizadas no Estado, no período entre dezembro de 2015 e maio de 2016 (Fonte: Sisaweb).

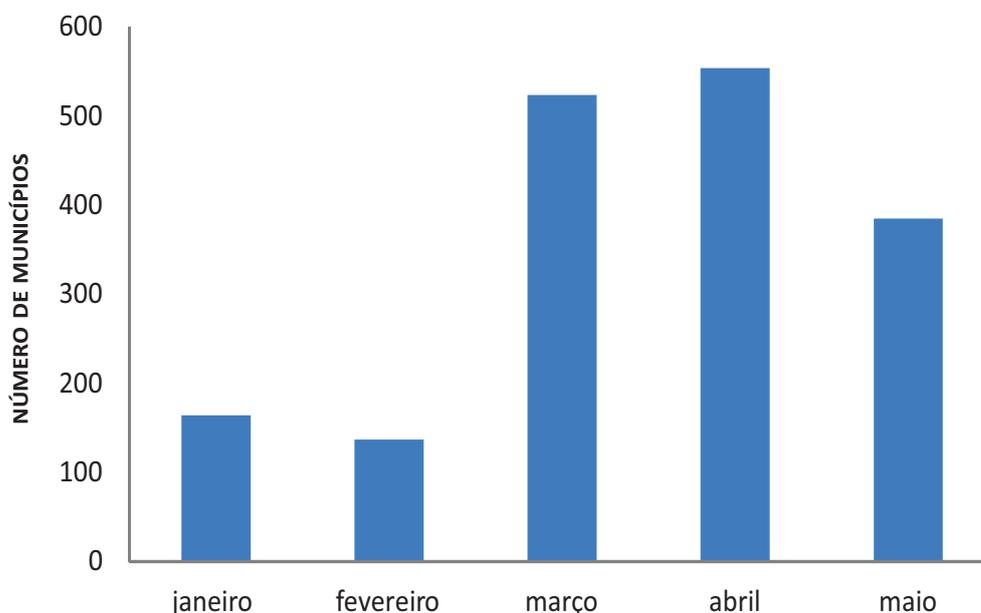


Figura1. Número de municípios com atividade aos sábados, de Janeiro a Maio de 2016

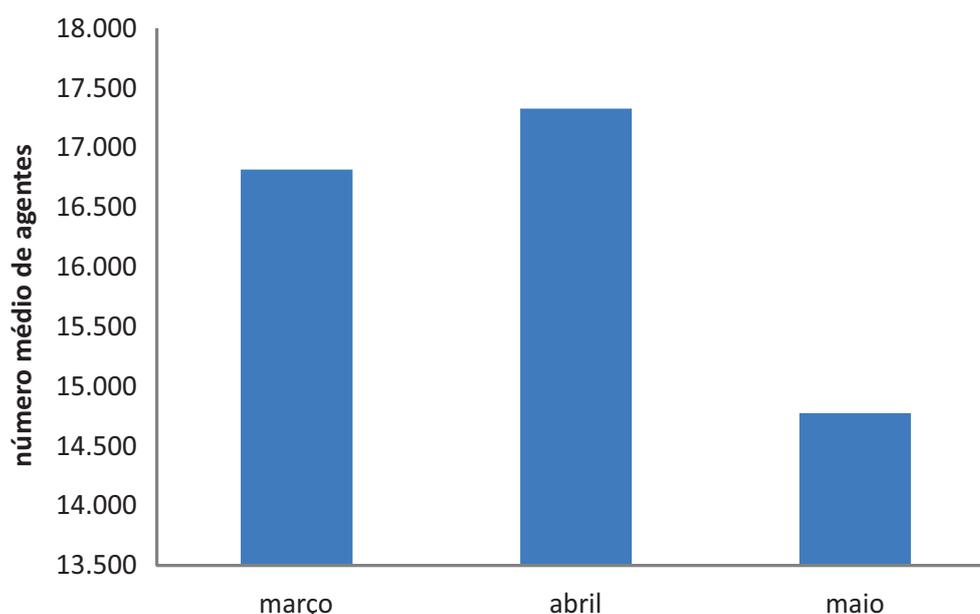


Figura 2. Número médio de agentes municipais com trabalho aos sábados, Março a Maio de 2016

Para a mobilização da sociedade foram disseminadas informações sobre a biologia e comportamento do vetor, as medidas de controle e cuidados com ambiente domiciliar mediante a distribuição de cartazes e folhetos educativos. Foram elaboradas e disponibilizadas na página da Sucen e da Secretaria da Saúde as vídeo-aulas para utilização nos treinamentos dos agentes municipais e voluntários e ainda, intensificadas as campanhas de esclarecimento na mídia que veicularam as orientações educativas e ações para impedir o desenvolvimento de mosquitos, além de divulgar alerta para os sintomas das doenças e a importância da procura dos serviços de saúde.

As orientações aos moradores e as medidas de controle implementadas durante as visitas, além da mobilização da sociedade para participar localmente das ações, devem ter

contribuído para a diminuição da infestação a partir de fevereiro, destacada na comparação com o mesmo período do ano anterior (Figura 3). A manutenção destas ações é fundamental na redução da infestação vetorial, principalmente nos períodos em que as condições climáticas são mais favoráveis à elevação das populações de vetores, como observado na série histórica da infestação por *Aedes aegypti* no Estado de São Paulo, segundo medições realizadas, mensalmente, pela Sucen nas distintas regiões de saúde.^{8,9}

A observação das avaliações realizadas no período entre dezembro de 2015 e maio de 2016 nas regiões do Estado mostra uma melhoria no quadro entomológico em todas as regiões, inclusive na de Ribeirão Preto, que, não avaliada nos meses de dezembro a fevereiro, manteve-se com valores inferiores a 1 nos meses seguintes (Figura 4).

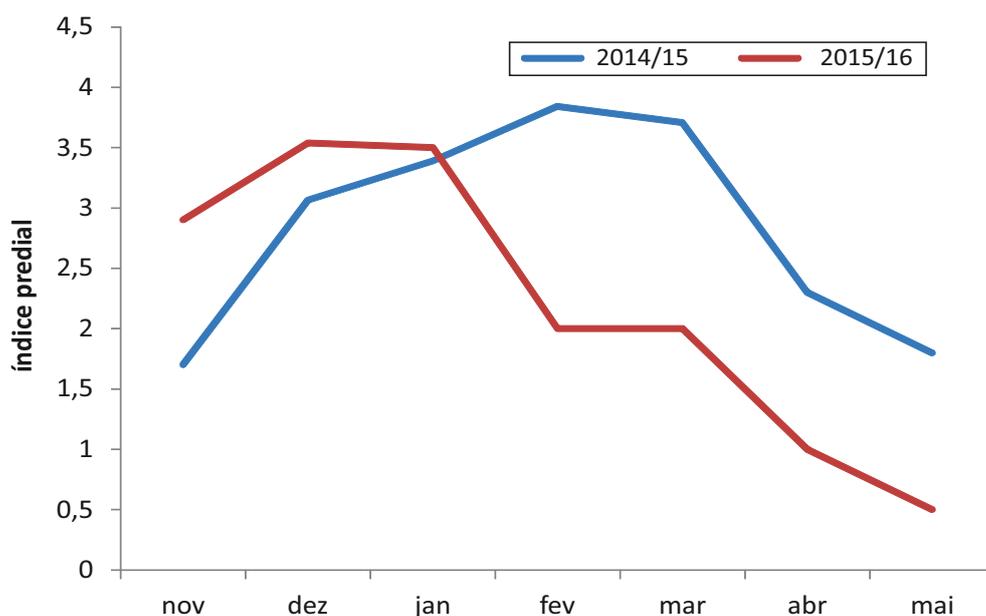


Figura 3. Índice Predial (IP) por *Aedes aegypti* no Estado de São Paulo. Novembro a maio de 2014/15 e 2015/16

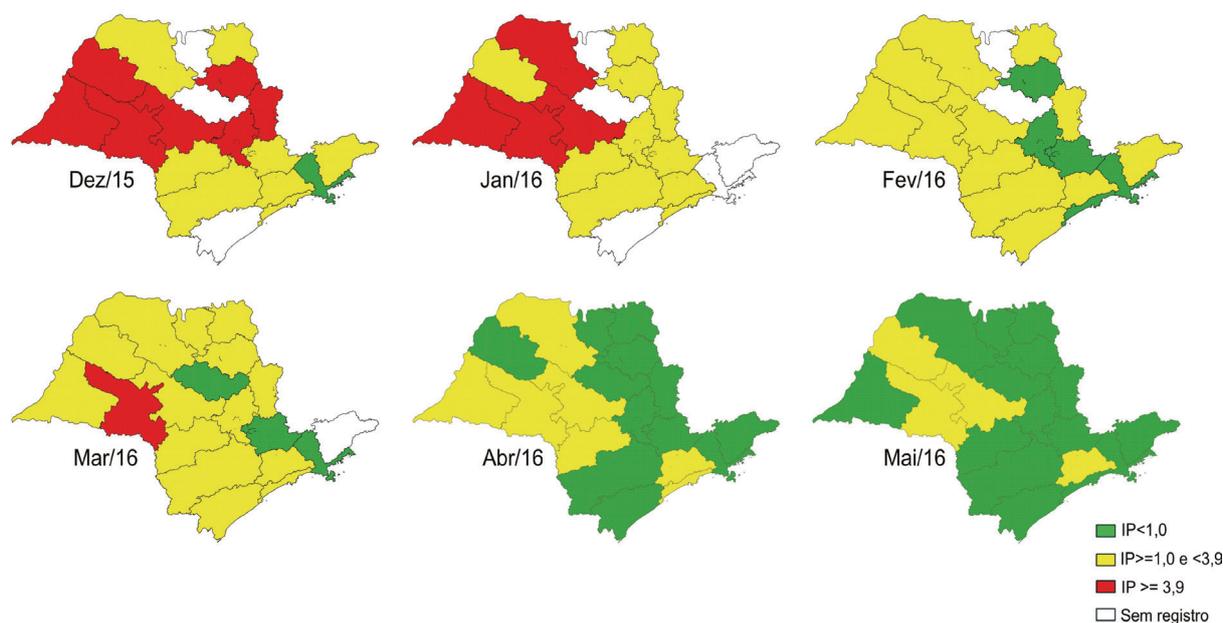


Figura 4. Níveis de infestação por *Aedes aegypti* em regiões do Estado de São Paulo. Dezembro 2015 a maio de 2016

Para a manutenção dos indicadores larvários em níveis baixos devem ser mantidas as ações para a redução de recipientes, potenciais criadouros, presentes nos imóveis (Figura 5). Informações referentes a janeiro

de 2011 e abril de 2016 mostram que a maior frequência está representada pelo grupo de recipientes denominado “Móveis”. Neste grupo encontram-se aqueles recipientes que podem ter sua condição alterada para que deixem de

acumular água, como por exemplo, o prato de vaso de planta, cuja ação depende do próprio morador. No grupo “Passíveis de remoção”, predominam os inservíveis (lixo), que requer ações mais permanentes de educação e saneamento, relacionados a descarte e destino adequado.

As ações intersetoriais são essenciais para a busca e o incremento de soluções mais sustentáveis que possam impactar na redução do vetor e contribuir para qualificar a visita aos imóveis para retirada de criadouros potenciais, orientar o morador sobre os locais e situação de risco e melhoria das condições sanitárias da residência.

O elevado percentual de imóveis fechados, mesmo com o trabalho aos sábados, constitui um desafio a ser vencido. Estratégias devem ser implementadas para o acesso aos moradores desses imóveis, bem como, estimular práticas que impeçam a manutenção de recipientes.

Outro aspecto relevante em debate na Sala de Situação são os imóveis não residenciais, que apresentam maior risco para a proliferação do vetor (Pontos Estratégicos) ou aqueles que apresentam grande fluxo de pessoas (Imóveis Especiais). Esses estabelecimentos têm apresentado, no decorrer dos anos, níveis de infestação mais elevados que os obtidos nos imóveis residenciais. Além disso, apresentam maior complexidade na execução das ações de controle, de modo que a adoção de medidas sanitárias adequadas e sustentáveis é imprescindível.

Essas ações, se desencadeadas no inverno e primavera, período de maior vulnerabilidade do vetor, possibilitam a manutenção de indicadores entomológicos em baixos níveis, o que dificulta a instalação da transmissão desses vírus, assim como sua consequente expansão no próximo verão.

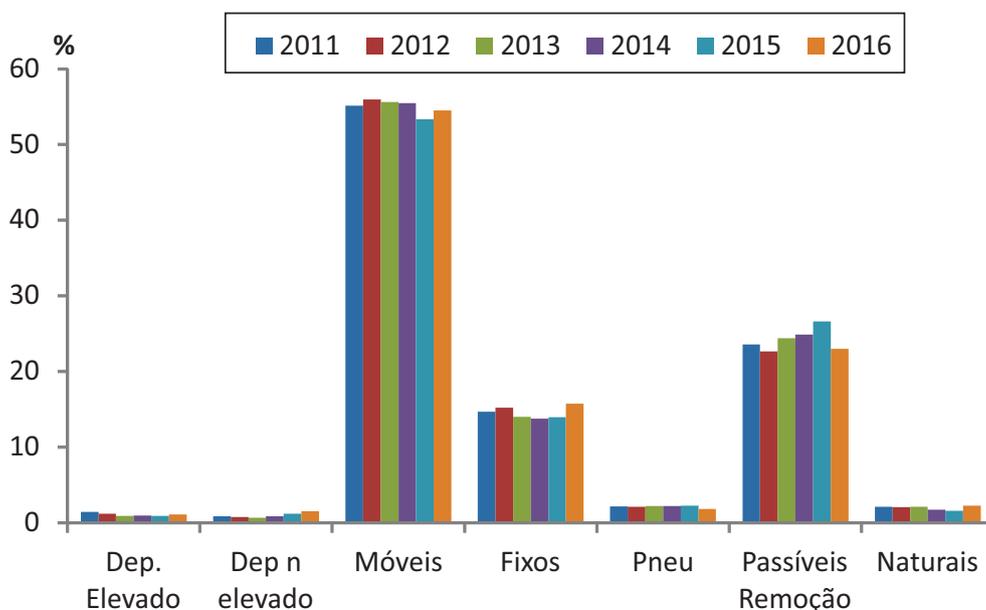


Figura 5. Grupos de recipientes potenciais criadouros de *Aedes aegypti* encontrados nos imóveis residenciais. Estado de São Paulo. Janeiro de 2011 a abril de 2016

Para tanto, torna-se essencial estimular essas discussões na sala de situação municipal para ampliação do engajamento dos gestores na realização de ações permanentes de enfrentamento ao mosquito *Aedes aegypti*, como por exemplo, implementação da Diretriz Nacional de Saneamento, com aprofundamento de discussões além da esfera da saúde, incluindo a gestão de resíduos

sólidos, armazenamento e distribuição de água, entre outros.

Ressalte-se a importância de aprofundar a análise dos dados aqui apresentados para melhor compreensão da situação entomológica, uma vez que há uma diversidade de fatores que influenciam a flutuação da população do vetor, além da necessária ampliação da discussão de propostas integradas de intervenção e avaliação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Plano Nacional para enfrentamento da microcefalia, dezembro de 2015. Disponível em <http://combateaedes.saude.gov.br/plano-nacional>
 2. Diretriz SNCC nº 1.1/ 2016 Atualização da Diretriz SNCC nº 1 – Ações de Combate ao *Aedes aegypti*. Disponível em <http://combateaedes.saude.gov.br/sala-de-situacao>
 3. Diretriz SNCC nº 2/2015 - Apoio das Forças Armadas. Disponível em <http://combateaedes.saude.gov.br/sala-de-situacao>
 4. Diretriz SNCC nº 3 – Saneamento Básico. Disponível em <http://combateaedes.saude.gov.br/sala-de-situacao>
 5. Resolução conjunta SS/SCM - 01, de 21-01-2016 criam a Sala Estadual de Situação, Coordenação e Controle, para implantação da campanha “Todos juntos contra o *Aedes aegypti*” Nº 32 – DOE - 20/02/16 - seção 1 - p.37
 6. Resolução SS - 136, de 24-10-2002, Constitui o comitê estadual de mobilização contra dengue no Estado de São Paulo.
 7. Resolução SS 9 de 15/02/2016- Cria o Programa de Incentivo aos municípios para adesão à campanha “Todos juntos contra o *Aedes aegypti*”
 8. Superintendência de Controle de Endemias. Sucen. SES. Normas e Recomendações Técnicas para a Vigilância e Controle de *Aedes aegypti* no Estado de São Paulo. São Paulo. 2008.
 9. Pereira M, Barbosa GL, Holcman MM, Gomes AHA, Ferreira ITRN, Wanderley DMV. Vigilância entomológica e controle vetorial da dengue no estado de São Paulo. Bol Epidemiol Paul. 2015;12(135-136)11:16.
-
-